



**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Rua Mato Grosso do Sul, nº 22, Centro, CEP 85745-000

Bela Vista da Caroba – PR, Fone: (46) 92000-7316

E-MAIL: cmdca@belavistadacaroba.pr.gov.br

Site: <https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/publicacoes/conselho/cmdca>



ATA 07/2026 | CMDCA

Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às oito horas e cinquenta e oito minutos, nas dependências do Centro da Criança e do Adolescente, Rua Sergipe, s/n, Centro, Bela Vista da Caroba - Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representantes da Rede de Proteção, representante da Câmara de Vereadores, Secretários municipais, Conselheiros Tutelares, e equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, para realização da Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Sra. Mariza de Fatima Bonordt, membro da Comissão Organizadora da Conferência, deu início ao evento recepcionando e dando as boas vindas a todos. Em sua fala inicial, Mariza ressaltou ainda a importância deste momento e da Conferência para efetivação da garantia de direitos das crianças e adolescentes, a seguir apresentou a palestrante do dia, Sra. Tânia Mara Minetto, e passou a palavra à mesma para dar andamento na palestra. A palestra com o tema Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa, abordou brevemente o contexto legislativo histórico e em seguida passou-se a temática da conferência e os eixos a serem discutidos. A conselheira do CMDCA e membro da Comissão, Sra. Mariza de Fatima Bonordt, usou da palavra para esclarecer o que é o Sistema de Garantia de Direitos e por quem é composto. Dando sequência, a palestrante ressaltou os princípios fundamentais da base do Sistema de garantia de direitos, e em seguida apresentou de forma seccionada os seis eixos, provocando reflexões nos presentes para que pensassem o que se tem, o que falta e o que precisamos começar a desenvolver ou melhorar dentro de cada temática na Política dos Direitos da Criança e do Adolescente em nível municipal, estadual e nacional. Explicou-se sobre a atuação do CMDCA enquanto controle social, a atuação do Conselho Tutelar, a criação do Comitê de Participação Adolescente - CPA, o contexto legislativo em todas as esferas, e orçamento, trazendo perguntas norteadoras para provocar pensamento crítico da plenária. Relatou-se a dificuldade de alteração da legislação municipal, trazendo como exemplo a reprovação do projeto de lei que previa eleição indireta para Conselho Tutelar, nos últimos dois anos de mandato. Nesse sentido, a palestrante ressaltou que essa situação é prevista em normativa nacional, e que é necessário observar e respeitar a lei nacional. O Secretário de Finanças, Sr. Ediclei Luiz Paloschi, se manifestou a favor da proposta, informando que financeiramente a aprovação desse projeto seria mais viável para o município. A seguir, o Secretário de Planejamento, Sr. Alaides Severo, solicitou esclarecimento de como ocorre o atendimento de situações de violência doméstica e evasão escolar, e qual o papel do CMDCA nestas situações. Discutiu-se ainda a atuação da Rede de Proteção e a dificuldade de participação e envolvimento dos atores do sistema de garantia de direitos no município, bem como a dificuldade do trabalho intersetorial entre os setores e políticas públicas. A Secretária de Saúde, Sra. Liandra Maria Storch Sales, relatou sobre os altos números de atendimentos psiquiátricos para a população infanto-juvenil, e a preocupação do médico psiquiatra em relação ao elevado tempo de uso de telas, especialmente celulares, por crianças, principalmente antes dos três anos de idade, e a necessidade de trabalhar com os pais essa temática. Dando sequência na apresentação, a palestrante retomou o papel e a importância na capacitação continuada do Conselho Tutelar. Neste assunto, a Conselheira Tutelar, Sra. Genessi Silva, questionou sobre a necessidade dos conselheiros tutelares atuarem também como motorista. A palestrante esclareceu que a presença de um cargo de motorista dentro do Conselho Tutelar não é



**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Rua Mato Grosso do Sul, nº 22, Centro, CEP 85745-000

Bela Vista da Caroba – PR, Fone: (46) 92000-7316

E-MAIL: cmdca@belavistadacaroba.pr.gov.br

Site: <https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/publicacoes/conselho/cmdca>



viável para o município, visto que para suprir horário comercial e plantões precisaria ao menos três servidores, então essa situação de dirigir dentro do município, deve ser organizada dentro do colegiado, e quando necessário verificar a possibilidade de motoristas da administração para deslocamentos para fora do município. Discorreu-se sobre a capacitação dos atores de garantia de direitos dentro do município, o papel do Estado e a busca por informações. A seguir ressaltou-se a importância do preenchimento do sistema SIPIA e a elaboração de relatórios de violências mais recorrentes. Em seguida discutiu-se sobre a convivência familiar, a evolução histórica e as famílias que temos hoje, as situações familiares que nos deparamos no município, e como organizar as políticas públicas e ampliar a Rede de Proteção, de forma que possam trabalhar de forma efetiva para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ainda nesse tema, ressaltou-se a importância em capacitar e qualificar as equipes e famílias acolhedoras do Programa Família Acolhedora, de forma que primeiramente garantam a permanência da criança em sua família de origem, e caso necessário, que a estadia em Família Acolhedora aconteça de maneira qualificada e visando o fortalecimento dos vínculos da criança. Relatou-se ainda, a falta de cofinanciamento Estadual e Federal para esse fim, sendo que o município recebe recursos para outros fins, que nem sempre condizem com a realidade, e não recebe para aquilo que executa. Referente à prevenção e enfrentamento das violências, ressaltou-se a importância do protocolo de atendimento de crianças e adolescentes, bem como da revelação espontânea e como a rede de proteção e os profissionais que estão diretamente ligados a atendimento à crianças e adolescentes estão preparados para receber uma revelação espontânea e preencher a ficha SINAN, bem como como estão capacitados os profissionais de escuta especializada, e a importância em evitar a revitimização das crianças e adolescentes. As técnicas do CRAS, Sras. Mariza de Fatima Bonort e Marcia Leane Richter, relataram a dificuldade de comunicação e trabalho conjunto com a promotoria de justiça e polícia civil, que costumam solicitar documentos que não cabem à equipe, como produção de provas em escutas especializadas, e que trazem prazos para resposta, utilizando o tempo da equipe para demandas exteriores às suas funções, e que, quando solicitado presença desses órgãos na elaboração do Protocolo de Atendimento às vítimas de violência, não receberam retorno nem houve presença de representantes. Dando sequência aos temas dos eixos, passou-se a discorrer sobre o Trabalho Infantil, ressaltando a importância em desmistificar o que é trabalho infantil ou não, e fortalecer a trajetória dos adolescentes, possibilitando a entrada no mercado de trabalho de forma legal e protegida, através de vagas de aprendiz, possibilitando capacitações e principalmente o ingresso na formação profissional pós ensino médio. A seguir, discorreu-se sobre o cumprimento de Medidas Socioeducativas, de que forma ela ocorre, qual a reincidência, relatando que o município não tem grande demanda de cumprimentos de medidas, sendo que neste ano de dois mil e vinte e seis, não houve nenhuma demanda, e que, o Plano SINASE do município está desatualizado, carecendo de atualização, bem como a importância em trabalhar para a efetivação das denúncias, e adequação da equipe que trabalha com as medidas e local para cumprimento destas. Dando sequência na pauta do dia, a Coordenadora da Rede de Proteção e membro do CMDCA, Sra. Mariza de Fatima Bonordt, assumiu a palavra para apresentar gráficos de presença das representações nas reuniões da Rede de Proteção e CMDCA, no período de janeiro à dezembro de dois mil e vinte e cinco, e de janeiro à maio de dois mil e vinte e seis, sendo que nas reuniões de Rede em dois mil e vinte e cinco teve um total de treze reuniões, e a maior dificuldade de participação foi com os membros da Secretaria de Esportes que teve apenas uma participação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que participaram em apenas cinco



**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Rua Mato Grosso do Sul, nº 22, Centro, CEP 85745-000

Bela Vista da Caroba – PR, Fone: (46) 92000-7316

E-MAIL: cmdca@belavistadacaroba.pr.gov.br

Site: <https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/publicacoes/conselho/cmdca>



reuniões, e em dois mil e vinte e seis, houveram cinco reuniões, sendo que as Secretarias de Esportes e Saúde não participaram de nenhuma das reuniões. Já em relação ao CMDCA, houve em dois mil e vinte e cinco um total de quatorze reuniões, sendo as menos participativas, a Secretaria de Finanças com nove participações, e a APMF do Colégio Estadual Santo Antônio também com nove participações, e em dois mil e vinte e seis, houve até o momento cinco reuniões, e os menos participativos foram a Associação de Pais e Amigos com zero participações e a Secretaria de Saúde, com apenas uma participação. Apresentou também, tabela de dados de violação de direitos registrados no SIPIA do mesmo período, que mostra quantitativo de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar referente às violações: convivência familiar e comunitária; direito à vida e à saúde; direitos indígenas; educação, cultura, esporte e lazer; liberdade, respeito e dignidade; e profissionalização e proteção no trabalho. foi relatado ainda, os constantes registros de dificuldades de acesso às informações necessárias para registro no SIPIA, por parte dos conselheiros tutelares, o que influencia na quantidade de registros não finalizados no sistema. Após contextualização destes dados municipais, revisou-se as propostas aprovadas na X Conferência Municipal, discutindo o alcance e realização ou não destas propostas, analisando o que deverá ser proposto novamente nesta XI Conferência. O Secretário de Finanças sugeriu que sejam viabilizadas, dentre a seleção de jovens aprendizes da Prefeitura Municipal, vagas específicas para adolescentes usuários da Política de Assistência Social. Já nos encaminhamentos finais do evento, o Secretário de Finanças sugeriu cadastrar o FIA para recebimento de recursos provenientes do recolhimento de Imposto de Renda, e de multas aplicadas pelo Ministério Público em que os valores arrecadados que podem ser destinadas à instituições da sociedade civil devidamente cadastradas, informando que já havia orientado também a Associação de Pais e Amigos para realização do cadastro, e que esta é uma forma de arrecadação de recursos viável para utilização no município. Sugeriu ainda, em relação à dificuldade de dados, a contratação de sistema já utilizado por outras secretarias, de forma que integre os dados das diversas secretarias municipais para acesso de toda a Rede, suprimindo a dificuldade do Conselho Tutelar em conseguir informações para registros dos atendimentos. A Secretária de Assistência Social informou, que a contratação de sistema de informação está em processo licitatório para suprir a demandas da secretaria, e após contratação será revista essa possibilidade. Havendo encerrados os assuntos do dia, a Palestrante juntamente com a Comissão, agradeceram a presença de todos, propuseram a realização de uma reunião com as crianças e adolescentes que participarão da Conferência, especialmente adolescentes da formação docente, para contextualização e preparação prévia para a Conferência. Sem mais assuntos a serem discutidos no momento, encerrou-se a Pré-Conferência às onze horas e trinta e cinco minutos, que segue com assinatura de todos os participantes na lista de presença anexo.